

CHECKLIST

LEI 13.019/2014 E DECRETO MUNICIPAL Nº 5.869/2016

Prorrogação do prazo de vigência dos Termos de Colaboração e de Fomento, cumuladas, ou não, com pedido de alteração do plano de trabalho

Versão 1

29/10/2025

Instruções de preenchimento do Checklist

O documento deve ser preenchido pelos órgãos técnicos da Secretaria Gestora da parceria no curso da instrução processual, devendo ser juntado ao processo o documento preenchido por completo e consolidado.

Para as exigências listadas o órgão técnico poderá apresentar como resposta: (i) “S” para Sim – no caso da exigência ser aplicável e ter sido observada nos autos; (i) “N” para Não – no caso do requisito ser aplicável, mas não ter sido observado; (ii) “NA” para Não se aplica – quando a exigência não for aplicável ao caso concreto.

Para as respostas positivas, deve ser indicado ao lado o número do documento/SEI/folhas no qual consta a informação. Para os casos em que a resposta seja “não”, recomenda-se que o setor competente analise a consequência das negativas, a fim de verificar a possibilidade/necessidade de justificativa ou se deve haver complementação da instrução processual. Nas hipóteses em que a resposta for “não se aplica”, deve ser indicado o documento de eventual justificativa.

Verificação Prévia

1. Atestar a **subsistência do interesse público** na continuidade da parceria e manifestação de **vantajosidade do aditivo proposto** () Id./fls.____;
2. Ateste de que a modificação do plano de trabalho é imprescindível à continuidade da execução do objeto pactuado e à satisfação do interesse público () Id./fls.____;
3. Ateste de que **não se extrapolou os limites e percentuais** fixados nos arts. 24 e 25 do Decreto Municipal nº 5.869/2016 e no art. 43 do Decreto Federal nº 8.726/2016 () Id./fls.____;
4. Ateste de que as alterações estão em sintonia com o princípio do planejamento e em percentuais razoáveis e justificados () Id./fls.____;
5. Atestar que **não há alteração do objeto principal** da parceria () Id./fls.____;

6. Atestar que **não há a inserção de novos itens, atividades ou metas** qualitativamente distintas das originalmente pactuadas () Id./fls.____;

OBSERVAÇÃO: Caso haja interesse da Administração ou da organização parceira em expandir o escopo da parceria com novos elementos, tal demanda não poderá se valer do Parecer Referencial 03/2025, devendo ser objeto de análise jurídica isolada e, a depender do caso, submetida a um novo procedimento de seleção pública.

7. Verificar se o pedido de prorrogação por parte da organização da sociedade civil, devidamente justificada, foi protocolado com **antecedência mínima de 30 dias** do término da vigência () Id./fls.____;

8. **Anuência expressa** da outra parte acerca da prorrogação e eventual alteração no plano de trabalho () Id./fls.____;

9. Certificar que a **execução anterior foi satisfatória** (relatórios, metas e indicadores cumpridos); () Id./fls. ____;

10. Confirmar que **a parceria não ultrapassa 5 anos** de vigência total (prazo máximo recomendado) () Id./fls. ____;

11. **Submissão das alterações pretendidas ao controle contábil prévio**, de modo a assegurar conformidade com as diretrizes da Lei Federal nº 13.019/2014 e com os princípios da legalidade, da eficiência e da transparência () Id./fls. ____;

Documentação Obrigatória (mínimo essencial)

a) Conforme art. 34 da Lei nº 13.019/2014:

12. Certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa () Id./fls.____;

13. Certidão de existência jurídica / cópia estatuto registrado e alterações / certidão simplificada, caso se trate de sociedade cooperativa

14. Cópia de ata de eleição do quadro dirigente atual () Id./fls.____;

15. Relação nominal atualizada dos dirigentes, com endereço, RG e CPF () Id./fls.____;

16. Comprovação do funcionamento da OSC no endereço declarado () Id./fls.____.

b) Conforme art. 26 do Decreto Municipal nº 5.869/2016:

17. Ofício formal solicitando a prorrogação (ou alteração), com justificativa () Id./fls.____;

18. Formulário “Dados Cadastrais” atualizado () Id./fls.____;

19. Cópia da Lei Municipal que reconhece a Organização Social como de Utilidade Pública, exceto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse

Público instituídas na forma da Lei Federal n. 9.790, de 1999, e cópia da Lei Federal quando houver () Id./fls._____;

20. Cópia do CNPJ ativo e comprovação de existência mínima de 1 ano () Id./fls._____;

21. Certidões negativas municipal, estadual, federal, FGTS, trabalhista e dívida ativa () Id./fls._____;

22. Certificado do Conselho Municipal pertinente () Id./fls._____;

23. Estatuto/regimento interno que prevejam expressamente: a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; e b) a previsão de que, em caso de dissolução da Organização Social, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da Organização Social extinta () Id./fls._____;

24. Escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade () Id./fls._____;

25. Comprovação de experiência prévia () Id./fls._____;

26. Comprovação de que possui instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas () Id./fls._____;

27. Registro da organização da sociedade civil em Conselho Municipal, Estadual ou Federal, quando a legislação assim condicionar sua capacitação para atuar ou de firmar Parceria com a Administração Pública () Id./fls._____;

28. Declarações previstas no art. 26 do Decreto Municipal (vedações, proibição de empregar menor, inexistência de parentesco, etc.) () Id./fls._____;

29. Plano de trabalho atualizado e consolidado, com cronograma e metas compatíveis com a prorrogação/alteração proposta () Id./fls._____.

Documentos Complementares Recomendados (item 58 do parecer)

30. Solicitação formal de prorrogação e/ou alteração do plano de trabalho, com justificativa idônea (ou despacho da Pasta, se iniciativa for da Administração) () Id./fls._____;

31. Declaração do dirigente máximo de que não incorre em vedações (arts. 39 e 40 da Lei nº 13.019/2014) () Id./fls._____;

32. Justificativa técnica pormenorizada acerca da necessidade e do interesse público na prorrogação e, se cabível, da alteração do plano de trabalho, com demonstração de vantajosidade da continuidade da parceria em comparação com a execução direta dos serviços ou a realização de novo chamamento () Id./fls._____;

33. Relatório técnico de execução e avaliação de desempenho da OSC () Id./fls._____;

34. Planilha orçamentária estimativa dos custos previstos com demonstração da compatibilidade mercadológica dos preços estimados () Id./fls._____;

35. Cópia do Termo de Colaboração ou Fomento original e de seus eventuais termos aditivos anteriores () Id./fls._____;

36. Parecer técnico do gestor da parceria favorável ao aditivo () Id./fls._____;

37. Comprovação de **regularidade na prestação de contas anteriores** () Id./fls._____;

OBSERVAÇÃO: O artigo 49 da Lei Federal nº 13.019/2014 impõe a obrigatoriedade da **prestação de contas ao término de cada exercício financeiro, como medida de controle e transparência contínuos.**

38. Relatório resumido dos desembolsos realizados a título de repasse e de contrapartida e do eventual remanescente () Id./fls._____;

39. Certidões negativas em cadastros de sanções (CEIS, CNEP, CEPIM, ePAD, CGU-PAD, etc.) () Id./fls._____;

40. Pesquisa de satisfação com beneficiários (parcerias maiores de 1 ano) () Id./fls._____;

41. Comprovação de dotação orçamentária e nota de empenho em valor suficiente () Id./fls._____;

42. Declaração da organização da sociedade civil, firmadas por seu representante legal, de que não há em seu quadro de dirigentes membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o segundo grau, em conformidade com o artigo 20, IV, do Decreto Municipal nº 5.869/2016 () Id./fls._____;

43. Declaração da organização da sociedade civil, firmadas por seu representante legal, de que não incorre em nenhuma das vedações previstas no artigo 20 do Decreto Municipal nº 5.869/2016 () Id./fls._____;

44. Outros documentos de habilitação/qualificação da OSC exigidos no caso concreto () Id./fls._____;

45. Autorização expressa do Secretário da Pasta () Id./fls._____;

46. Cópia integral do Parecer Referencial () Id./fls._____;

47. Declaração da autoridade competente atestando o enquadramento ao **Parecer 03/2025** () Id./fls._____;

48. Termo Aditivo padronizado (minuta modelo anexa ao parecer) () Id./fls._____;

49. Documento “Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Ciência e Notificação” atualizado () Id./fls._____.

Procedimento Administrativo

- 50. Autuar o processo completo, com numeração e índice () Id./fls._____;
- 51. Juntar **cópia integral do Parecer Referencial nº 03/2025** () Id./fls._____;
- 52. Preencher e juntar este **checklist**, identificando o servidor responsável () Id./fls._____;
- 53. Atesto de adoção da **minuta padronizada de aditivo** pela Advocacia Pública Municipal () Id./fls._____;
- 54. Submeter o processo à **aprovação da autoridade competente da Pasta**() Id./fls._____;
- 55. Comprovante de publicação do **extrato do termo aditivo no Boletim Oficial do Município** () Id./fls._____.

Declarações e Certificações Finais

- 56. Declaração de Atendimento acostada aos autos () Id./fls._____;
- 57. Identificação e assinatura do servidor responsável pelo checklist.

Nome:____
Matrícula nº:____
Servidor(es) responsável(is)